



INTERNACIONALIZAÇÃO E LEGITIMAÇÃO DA FORMAÇÃO ACADÊMICA EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 90 E 2000

Fabiano Engelmann*

RESUMO

O presente texto constitui uma exploração do perfil dos estudos no exterior dos professores de Mestrado e Doutorado em Administração no Brasil a partir das informações fornecidas nos currículos registrados na plataforma lattes do CNPq em 2006. Esses dados são analisados no contexto da discussão sobre os efeitos da internacionalização de *expertises* de gestão empresarial e do Estado e dos usos das Ciências Sociais aplicadas. Nesse sentido, podem-se construir hipóteses sobre a relação da circulação internacional de professores de Administração e os movimentos de importação e exportação de modelos institucionais, bem como, sobre sua repercussão no espaço nacional da formação acadêmica dos administradores.

Palavras chave: estudos no exterior, mediação institucional, administradores

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. fabengel@gmail.com

INTRODUÇÃO

A expansão dos cursos de pós-graduação em Administração no Brasil se insere num fenômeno maior de ampliação da formação acadêmica de Mestrado e Doutorado dos profissionais situados no campo disciplinar das “Ciências Sociais Aplicadas”. Nesse processo é importante analisar tanto a configuração desse espaço de formação acadêmica, o perfil e inserção intelectual e profissional dos indivíduos que se posicionam na “esfera acadêmica”, quanto a respectiva relação desses agentes com o espaço das “práticas” do campo da gestão pública e empresarial. Ao propor essas duas dimensões de pesquisa, pode se construir hipóteses mais consistentes para a análise da inter-relação entre a expansão da formação acadêmica na área das Ciências Sociais aplicadas e os respectivos campos profissionais.

Um dos aspectos importantes desse processo é a circulação internacional dos indivíduos posicionados na esfera acadêmica. A análise das bases dessa circulação contribui para a apreensão de uma das portas de entrada de modelos de gestão empresarial, modelos de gestão pública, bem como dos fundamentos intelectuais para a legitimação de práticas de administração que são importadas para o espaço nacional. Em alguma medida, as reconversões dos agentes dedicados precipuamente para o “mundo operacional” em direção à carreira acadêmica e à produção intelectual através dos investimentos em titulação de doutorado e estudos no exterior, pode ser analisado em estreita correspondência com a demanda pela refundamentação e a internacionalização dos conhecimentos relacionados ao Estado e à gestão de empresas privadas. Da mesma forma, esse fenômeno também repercute na esfera política com a (re)elaboração do discurso que subsidia as tomadas de posição pública de lideranças empresariais.

CAMINHOS PARA UMA SOCIOLOGIA DO CAMPO DA FORMAÇÃO ACADÊMICA EM ADMINISTRAÇÃO

A partir da análise desenvolvida por Bourdieu (1989), concernente à crescente demanda por especialização técnica dos *patrons* da indústria no campo empresarial francês, assim como a legitimação da “competên-

cia econômica” necessária aos dirigentes empresariais e quadros da indústria, conforme Lebaron (1997 e 2000) e Boltanski & Chiapello (1999), pode-se esboçar os parâmetros para uma análise sociológica do campo da formação acadêmica dos administradores.

Para o caso em pauta, são poucos estudos que propõe investigar a relação entre a formação acadêmica e mediação de modelos institucionais. O estudo de Chessel & Pavis (2001) sobre a história do ensino de gestão na França demonstra, no quadro da sociologia das instituições de ensino¹, a institucionalização do ensino de Administração estreitamente vinculado à assimilação de modelos de gestão americanos. Tais modelos são legitimados no espaço do ensino universitário através do incentivo aos docentes franceses para a realização de estudos nos Estados Unidos. Como resultado desses incentivos concedidos pelo Estado e por fundações privadas, ocorre a inserção do ensino de gestão francês num espaço internacional de circulação, idéias e modelos relacionados à Administração.

A internacionalização do ensino de gestão é homóloga à internacionalização das grandes empresas, ficando nítido no caso analisado por Chessel & Pavis (2001), a relação entre a institucionalização da formação acadêmica e as demandas do campo das práticas empresariais, apesar das tensões entre o campo acadêmico e o campo empresarial. Conforme acentua Pavis (2003), no estudo da expansão e institucionalização do espaço de formação da Administração é fundamental considerar este ramo do conhecimento como uma “disciplina heterônoma”, o que implica, portanto, ter presente os efeitos de correspondência com o universo “prático”:

Tornar inteligível o “funcionamento” da gestão como espaço disciplinar, – como qualquer disciplina de formação e pesquisa implica em particular, em se interessar por sua organização (sistema de ensino, instituições, padrões de recrutamento.), seus estudantes, seus profissionais (professores, pesquisadores, diretores de instituições.), seus produtos

¹ Para um panorama mais amplo da institucionalização do ensino de administração na Europa, ver Gheorgiu & Saint Martin (1997). Para uma discussão acerca do espaço profissional da gestão na França, ver Boussard (2008)

(publicações, cursos...), seus modos de diferenciação e hierarquização e suas condições de desenvolvimento. Se é considerada como hipótese a heteronomia da disciplina, na medida onde ela depende não somente do campo universitário –ou mais largamente do ensino superior – mais igualmente do campo econômico, tem-se uma hipótese que se baseia sobre a autonomia relativa dos mundos sociais interdependentes, opondo-nos aos trabalhos que pressupõem uma indiferenciação radical de atividades sociais. (Pavis, 2003: p. 28/29).

Pavis (2003) também aponta a importância de se tomar como objeto de estudo as tensões entre os modelos legitimados no campo dos profissionais “práticos” e os que se constituem no âmbito acadêmico, fora do campo da prática executiva, mas que ao mesmo tempo, respondem a demandas de competitividade das empresas públicas e privadas no espaço econômico internacional.

Os estudos existentes para o caso brasileiro põem em pauta a relação da circulação internacional dos economistas, sua relação com a expansão da rede de ensino de pós-graduação e o espaço das definições de modelos de gestão macroeconômica. Os que tratam especificamente do caso em pauta, abordam predominantemente a institucionalização dos primeiros cursos de graduação em Administração, tal como se encontra em Vasconcelos (1998)².

A legitimação do modelo americano de gestão do Estado e da macroeconomia na América latina na década de 80 e 90 pode ser relacionado também a uma disputa entre elites pelo controle de recursos estatais e do saber legítimo sobre a gestão pública, em especial entre juristas que mobilizam uma tradição “humanística” e economistas, relacionados a um saber-fazer econômico calcado na modelização matemática³. Em grande

² Maior detalhamento sobre a legitimação dos economistas e sua relação com a circulação internacional de modelos de gestão econômica pode ser encontrado em Loureiro (1997 e 2004-2005).

³ A análise de Dezalay (2001) retrata a disputa entre a tradição jurídica de gestão do Estado e a cosmovisão econômica, a partir do efeito de internacionalização dos saberes do Estado e exportação das disputas internas ao espaço de poder americano.

medida a legitimação internacional do modelo americano passa pela obtenção, por *think-thanks*⁴, de posições no âmbito de universidades, de fundações de financiamento de pesquisa e em agências financeiras nacionais de fomento como Banco Mundial e FMI, sedimentando internacionalmente modelos de gestão e instituições relacionados à história específica do desenvolvimento das multinacionais americanas, tal como analisa Dezalay (2004).

Nesses termos, considerando a dimensão de circulação internacional do conhecimento⁵, o espaço da formação dos quadros dirigentes de empresas privadas, a legitimação do saber-fazer relacionado à *expertises* práticas de gestão e a repercussão na redefinição do espaço político dos empresários precisam ser melhor analisados no caso brasileiro. Grun (2004) aponta que a expansão dos cursos de MBA (voltados para a formação operacional de gestores) e sua legitimação no espaço de formação de quadros empresariais, tem uma “cronologia homóloga da evolução das chamadas ferramentas organizacionais modernas” (Grun, 2004:293). Tais formas organizacionais repercutem, não somente em técnicas de gestão, mas em “visões de mundo” relacionadas às empresas privadas (Grun, 1991).

Nesse sentido, pretende-se aprofundar neste estudo, além dos casos relacionados aos MBA, que se legitimam como espaço de reconversão de diversos segmentos profissionais, como engenheiros, economistas, contabilistas em busca do saber-fazer empresarial; os casos das formações de Mestrado e Doutorado em Administração. Ao se tratar a pós-graduação *stricto sensu* como espaço distinto em relação aos MBAs, pode-se ter mais clareza quanto à posição ocupada pelos agentes posicionados neste espaço, no campo de formação dos administradores e sua contribuição na legitimação de um “novo espírito do capitalismo” que fundamenta as práticas dos *managers*, tal como analisam (Boltanski & Chiapello, 1999).

⁴ Para um panorama sobre a atuação dos *think thanks*, espécie de consultores que circulam no mundo das fundações privadas e como conselheiros de governantes, ver Boucher & Royo (2006).

⁵ Ver também sobre a relação entre as “escolas de gestão” e a circulação internacional, Wagner (1998).

BASES DA EXPANSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

O ensino de Administração no Brasil tem uma trajetória relativamente recente. Conforme Vasconcellos (1998), a primeira escola de Administração, criada na década de 50, a Fundação Getúlio Vargas/FGV, tinha por objetivo a formação de altos funcionários para a administração pública. A partir dos anos 60, o ensino de Administração se expande nas faculdades de Economia, já com um corpo docente próprio. A origem do ensino de Administração, conforme Vasconcellos (1998), está estreitamente vinculada às transformações econômicas e políticas do Brasil ocorridas nas décadas de 30 e 40⁶, em particular, o desenvolvimento econômico através da implantação de unidades de indústrias estrangeiras e o aparecimento da grande indústria nacional, como a petroquímica e a siderurgia. Este conjunto de transformações está na base da demanda por especialização do conhecimento de gestão empresarial, num primeiro momento confiado aos engenheiros.

A partir dos anos 80, entretanto, há a ampliação do campo de atuação dos administradores para outros domínios de atividade, além do “mundo da empresa”, como a “gestão” das atividades artísticas, culturais, esportivas, educacionais, entre outras, o que, conforme Vasconcellos (1998), favorece a expansão do ensino de graduação nessa área.

A partir das indicações fornecidas pelo trabalho de Vasconcellos (1998), pode-se apontar que a expansão dos cursos de pós-graduação na década de 90 acompanha um acelerado processo de diversificação da atuação dos administradores, assim como, a reconversão de diversos profissionais para o campo da gestão, fenômeno já analisado, com maior profundidade para o caso dos MBAs, por Grun (2004). Esse processo acompanha um ritmo de heteronomização do campo disciplinar da Administração e das competências exigidas para a formação dos executivos⁷.

⁶ Sobre a relação entre desenvolvimento industrial e o surgimento de Administração no Brasil, ver também o trabalho de Martins (1989).

⁷ Para maior detalhamento a respeito das competências “exigidas” para o recrutamento de executivos ver o trabalho realizado partir de anúncios de emprego para executivos, por Régnier (2006).

A LEGITIMAÇÃO DA FORMAÇÃO ACADÊMICA: A BATALHA “TEÓRICOS” X “PRÁTICOS”

A análise da emergência de um espaço específico de formação de pós-graduação em Administração implica o questionamento da sua legitimação frente ao universo dos práticos, composto por executivos, gerentes e, em larga escala, funcionários médios de empresas privadas. Bertero (2006), ao analisar o espaço do ensino de Administração menciona as oposições que se estabelecem entre a formação executiva e o ensino universitário de Administração. Em regra, o conhecimento acadêmico está estreitamente relacionado ao espaço prático, existindo um hiato entre a pesquisa em Administração e “os interesses das partes interessadas, executivos e gerentes”. Pfeffer e Fong (2002) apontam que é questionável a validade da pesquisa acadêmica em Administração, assim como, a contribuição dos cursos de Administração, “embora acadêmicos sejam influenciados por praticantes (*practitioners*)”, afirmam os autores, “pouca influência passa dos acadêmicos à indústria”.

Por se tratar de um “saber aplicado”, a administração tem como pólo dominante o espaço das práticas e o universo gerenciais, o que implica a oposição “teoria” e “prática” e o peso maior atribuído à “prática” repercutindo na viabilidade de mercado dos cursos de formação em Administração, cujo público consumidor privilegiado é constituído por executivos ou por aspirantes dispostos a pagar por conhecimentos com imediata aplicação. Nesse sentido, no âmbito da produção científica, entra em pauta diretamente a questão da “relevância” do conhecimento produzido. A pesquisa acadêmica “pura” tem pouca legitimidade frente ao campo dos administradores, assim como a “pesquisa aplicada” tem menos legitimidade frente ao universo acadêmico formado pelo conjunto dos pesquisadores posicionados no espaço universitário que buscam legitimação enquanto produtores de teorias e modelos de gestão.

Um dos casos representativos da disputa entre o conhecimento profano e o acadêmico pode ser encontrado na crítica acadêmica aos textos dos “gurus” da prática gerencial. A crítica “acadêmica” ao conhecimento em Administração se contrapõe à difusão do conhecimento dos “gurus” que tem recepção no ensino universitário de graduação e se constitui em oposição legítima ao saber produzido no âmbito das pós-graduações.

A reação contra a literatura dos “gurus”, por parte de docentes posicionados no campo da formação acadêmica em Administração explicita uma batalha pela legitimidade do conhecimento acadêmico no campo das práticas. Nota-se que sempre se está diante da tensão “teoria” x “prática”, que se estabelece como baliza na disputa entre as espécies de formação, mais ou menos voltadas para a “prática” ou para as diversas posições hierárquicas no espaço prático, como quadros médios das empresas – mais próximos dos “gurus” ou executivos- com formação em MBAs nos Estados Unidos, por exemplo.

E aqui parece que a batalha assume uma característica diferente do que no caso de outras especialidades, como o direito. No caso dos juristas, o peso exercido pela retórica, pelas construções herméticas, intrinsecamente relacionadas ao espaço ocupado pelos juristas na divisão do trabalho das instituições estatais, o de conservarem a “ordem” através de construções e da “interpretação da lei” demanda um saber erudito que torna legítima uma relativa especialização de um corpo de produtores intelectuais, vistos como produtores de “doutrina jurídica”. No caso dos “administradores” que se opõem aos juristas por sua “agilidade”, “proatividade” e demais características que opõem o mundo e a velocidade do mercado à “lentidão” do Estado, a legitimação de um corpo de especialistas em produtos intelectuais relativamente desvinculado do campo das práticas, adquire maior complexidade .

Essas peculiaridades também contribuem para acentuar a presença nos programas de pós-graduação de professores de outras áreas, tais como: sociologia, psicologia, filosofia e economia. Castro (1981) chama a atenção, que esta presença acentua o distanciamento dos programas de pós-graduação em Administração em relação ao espaço das “práticas”. Na medida em que os professores que seriam “propriamente administradores” teriam mais atrativos para se dedicar a atividades voltadas para o campo prático do que para atividades subordinadas aos marcos regulatórios da definição legítima da pesquisa acadêmica. Conforme Castro (1981),:

O mestrado em Administração constitui-se de um grupo de pessoas da própria área e é também apoiado por docentes de economia, sociologia, psicologia, ciência política, todos estritamente necessários para que a

formatação pós-graduada não seja um exercício raso de tecnicismo. Com o tempo, porém, há forças centrífugas militando para a perda de substância do grupo propriamente de administradores. Sólidos empregos, suculentas consultorias, progressivamente, esvaziam este grupo. Já **os outros, cujas fronteiras naturais não ultrapassam em geral a área acadêmica**, tendem não só a se tornar cada vez mais numerosos, mas quase sempre disponíveis para o tempo integral e, portanto, para a orientação de trabalhos de tese. (...) Como consequência os cursos são cada vez mais de economia, sociologia, etc. Se isto é verdade na distribuição dos professores, mais ainda será no objeto de interesse das teses. (Castro, 1981:60) (grifo meu)

Essa constatação, mesmo que incidindo sobre o espaço da formação de pós-graduação em Administração da década de 70, fornece indícios para um padrão que é válido para o conjunto das “ciências sociais aplicadas”, qual seja, o peso das disciplinas “puras”, “reflexivas” ou “teóricas” que funcionam como recurso nas disputas no interior do campo da formação acadêmica, em especial como recurso dos dominados na divisão do trabalho intelectual.

Também se pode chamar a atenção, no caso brasileiro da oposição “teoria” x “prática”, para a existência de diversas modalidades de cursos de curta duração para formação de executivos e nas modalidades de adaptação da formação universitária ao “mercado”. A vinculação ao espaço dos práticos ou às demandas do “mercado”, acompanha o fenômeno da formação americana, sendo representada, no Brasil, pelas especializações, os cursos de graduação sequencial e os mestrados profissionalizantes que se assemelham aos MBAs norte-americanos.

Tal oposição também contribui para a compreensão das modalidades de produção intelectual no campo da Administração. No caso americano, Bertero (2006), menciona a oposição entre os periódicos científicos, que tem leitores no mundo acadêmico e se submetem às regras de conformação e mensuração do campo universitário e revistas como a *Harvard Business Review* voltadas para o campo “prático”. Tal clivagem tem reflexos no espaço da circulação, produtos intelectuais do Brasil. Como caso representativo, pode se mencionar o lançamento por parte da FGV da publicação *GV Executivo*, voltada para um público de “práticos,” diferentemente da *Revista de Administração de Empresas* (RAE)-da mesma

Instituição, que se consolida como órgão acadêmico de difusão, principalmente de professores de Administração posicionados em cursos de pós-graduação e circulando entre estudantes de pós graduação, com a divulgação de trabalhos apresentados em encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração - ANPAD.

Conforme indica a linha editorial registrada no sítio da *GV Executivo*⁸, o objetivo da revista se caracteriza como “generalista” e voltada para artigos inovadores na “prática administrativa”. A grande diferença em relação à RAE, que se pretende afirmar como órgão de debate científico na área da Administração, é o seu “público alvo”. A *GV Executivo* estabelece como público principal: a “comunidade empresarial –executivos e empresários - profissionais que estão aperfeiçoando seus conhecimentos na área estudantes de pós-graduação e de cursos de especialização e futuros administradores” (sítio *GV-Executivo*, 10/10/2007). Ao passo que a RAE, em seu sítio institucional⁹, estabelece como público-alvo: “professores, pesquisadores e estudantes e um estrato relevante da comunidade empresarial”.

No editorial do primeiro volume da revista *GV-Executivo*, também é explicitado a intenção de se distanciar das “revistas comuns” de gestão que se confunde com a grande imprensa e a literatura dos “gurus”. Neste editorial é destacado: “queremos *fugir do* lugar-comum das revistas de gestão que pintam um mundo cor-de-rosa, povoado por gerentes celebridades, curandeiros e panacéias gerenciais.” (Editorial n. 1, vol. 1, fonte site *GV-Executivo*, consultado em 10/10/07).

Percebe-se que, mesmo sendo uma revista que pretende voltar-se para o público não acadêmico, constituído predominantemente pelos executivos e gerentes, há necessidade de delimitar um espaço que se distingue das revistas editadas pela grande mídia. O poder dos docentes de Administração, promotores da formação e da excelência acadêmica, tem como principal trunfo a constituição e preservação de sua autoridade reforçada pela presença em comitês de avaliação amparados na força regulatória do Estado. Ou seja, um dos pressupostos da legitimidade de sua “autoridade acadêmica” é justamente o oposto da autoridade social conferida aos “gurus” ou executivos de sucesso que alicerçam sua notoriedade no sucesso de “mercado”, composto de profanos ou aspirantes a entrada no campo dos executivos.

Tal como demonstra Pavis, para o caso francês, o *ethos* acadêmico dos docentes em Administração, calcado na posse de títulos de doutorado e autoridade do ensino universitário, é posto permanentemente em jogo na oposição entre “teóricos” e “práticos” no caso de um campo disciplinar extremamente heterônomo. Portanto, o capital científico certificado pelo Estado não é por si só, argumento de autoridade e sim a capacidade de fazer valer o conhecimento produzido na esfera das práticas, inerente a qualquer conhecimento tecnológico ou “aplicado”.

4. O PERFIL DOS ESTUDOS DOS PROFESSORES DE ADMINISTRAÇÃO NO EXTERIOR

A partir de consulta ao sítio da Capes em dezembro de 2006 foram encontrados 53 programas de Mestrado em Administração e oito cursos de Doutorado. Desses 53 programas, obteve-se informações para 51 programas. Dos programas de Mestrado analisados, 60% foram fundados após 1990, e os de Doutorado, 63% iniciaram após este ano. A partir de um primeiro levantamento das listas de docentes desses programas, foram encontrados os currículos de 814 professores com formação doutoral e inseridos em linhas de pesquisa relacionadas ao conhecimento na área de gestão e administração. Dessa população, foram examinados 710 currículos *lattes*, que representam 87% dos docentes atuando no ensino de pós-graduação em Administração no Brasil em dezembro de 2006.

A partir desses currículos chegou-se, finalmente, a 258 casos com algum tipo de passagem pelo exterior em cursos classificados como Aperfeiçoamento, Mestrado, Doutorado *sandwich*, Doutorado pleno e Pós-doutorado. Dessa população, agregou-se informações, a partir dos currículos, para as seguintes categorias: ano de conclusão dos estudos no exterior, país escolhido, modalidade de financiamento, instituição no exterior, tema de estudo no exterior, modalidade de curso realizado no exterior, instituição universitária de atuação no Brasil, unidade da federação de atuação e atuação extra-acadêmica no Brasil. Além da agregação de informações que possibilitaram a construção de quadros comparativos, foram registradas outras informações de forma qualitativa visando subsidiar a análise dos dados quantitativos.

QUADRO 1. Perfil dos estudos de pós-graduação da população pesquisada

País	Frequência	Percentual
Estudos no Brasil	452	63,6%
Estudos no exterior	258	36,4%
Total	710	100%

Fonte: Plataforma lattes consultada em dezembro de 2006

No primeiro quadro que foi obtido, observa-se que o conjunto que apresenta alguma modalidade de estudo de pós-graduação no exterior constitui 36,4 % do total. Há, portanto, um padrão de endogeneização na formação de pós-graduação, o mesmo que se observa para o caso das pós-graduações em Direito (30%)¹⁰. Como “estudos no exterior” foram contabilizados não somente os cursos de Doutorado, mas também estas mais curtas, como de Especialização, Aperfeiçoamento e Pós-Doutorado, visando detectar as peculiaridades dos estudos no estrangeiro. Considerando-se apenas os cursos de Doutorado a frequência torna-se ainda menor.

Pode ser considerado como hipótese explicativa para a endogeneização dos estudos, o padrão de ensino de graduação em Administração, historicamente hegemônico por “práticos” sem formação doutoral. Esta ausência de formação avançada, em função da recente expansão dos programas de pós-graduação, tem por consequência, a também incipiente legitimação da carreira acadêmica como ocupação principal de um profissional de administração. É interessante se estabelecer um contraste entre essa endogeneização e a grande internacionalização do mundo dos negócios, em especial do espaço dos executivos, onde a passagem por cursos no exterior (em especial MBAs) se torna um trunfo importante para a obtenção de postos de direção. (Régnier, 2006) e Grün (2004).

Nesse sentido, é importante ter presente que a expansão das pós-graduações em ciências sociais aplicadas acompanha um ritmo de maior profissionalização do ensino. A consequência disso é a reconversão de agentes, que têm na carreira acadêmica sua ocupação principal e investem na obtenção de títulos universitários e em estudos mais longos no exterior, aproveitando os incentivos institucionais para a especialização

no campo universitário, tais como as bolsas concedidas por CNPq e CAPES, entre outras agências de fomento.

Agrupando-se as modalidades de financiamento, é possível detectar a importância da existência de programas de bolsas de estudo para a realização de estudos no exterior.

Quadro 2 Modalidades de financiamento dos estudos no exterior

FINANCIAMENTO	FREQUENCIA	PERCENTUAL
COM BOLSA	170	65,8%
SEM BOLSA	88	34,2%

Fonte: Plataforma lattes consultada entre julho e outubro 2006.

Majoritariamente os estudos no exterior são realizados com bolsas de estudo. As modalidades de bolsa tendem a se concentrar nas agências de fomento brasileiras, principalmente entre aqueles que estudam entre 1996 e 2006.

Quadro 3 Modalidades de bolsas concedidas

FINANCIAMENTO	FREQUENCIA	PERCENTUAL
CAPES	90	52,9 %
CNPQ	60	35,2%
FAPESP	5	3%
FULBRIGHT (Estados Unidos)	5	3%
Bolsas de universidades privadas brasileiras	3	1,76%
FUNDAÇÃO FORD (Estados Unidos)	2	1,17%
USAID (Estados Unidos)	2	1,17%
Bolsa Andrade Gutierrez -AGSA	1	0,58%
Bolsa Conselho Britânico (Inglaterra)	1	0,58%
Bolsa da Un. de Compostela (Espanha)	1	0,58%
CNRS (França)	1	0,58%
DAAD (Alemanha)	1	0,58
EMBRAPA	1	0,58%
International commit of Canadian (Canada)	1	0,58%
Red. Ibero americana de ciência e tecnologia	1	0,58%

Fonte: Plataforma lattes consultada em dezembro de 2006.

As agências de fomento brasileiras, CNPQ e CAPES, são responsáveis por 87% das bolsas. Nesse sentido, a expansão dos estudos dos administradores se beneficia amplamente dos programas de financiamentos promovidos pelo Estado. Observa-se que, entre as bolsas estrangeiras, o país que apresenta maior frequência é os Estados Unidos. Importa assinalar o contraste com o caso dos juristas¹¹, em que o país que financia predominantemente os estudos no exterior é a Alemanha. Outro dado importante é que a participação de bolsas concedidas por universidades privadas é ínfima, sendo totalmente desproporcional em relação à participação da rede privada na expansão dos cursos de pós-graduação no Brasil.

Para o agrupamento dos temas de estudo no exterior foram consideradas a área de concentração dos cursos, os títulos dos trabalhos, as “palavras-chave” mencionadas e as especialidades declaradas, relacionados à estada no exterior. A agregação desta informação apresentou dificuldade, tendo em vista problemas de preenchimento da base de dados da plataforma *lattes*. Por isto, optou-se por apresentar no quadro seguinte, a descrição com o mínimo de agregação, visando também a apreensão de novas especialidades. Alguns temas de trabalho foram agrupados, como no caso dos cursos de Economia, devido a pouca representatividade das especialidades para a discussão em pauta.

Entre os dados produzidos, pode-se destacar a grande diversificação de temas de estudo. Observou-se, entretanto, uma concentração maior nos temas mais tradicionais, como “administração de empresa” e “administração pública” e temas relacionados às *expertises* de gerenciamento de empresas. Pode-se contrastar em relação a estes, outros que apresentaram grande frequência, como os trabalhos relacionados a “técnicas de pesquisa” e “análise de mercados” agrupados na categoria de “mercadologia” ou os estudos de “marketing”. Também apresentam grande frequência temas relacionados ao “comportamento organizacional” e à “administração de recursos humanos” que, em alguns casos, aparece associada aos “estudos organizacionais.” A presença da classificação “administração de setores específicos” é representativa da expansão das *expertises* de gestão para além do mundo da empresa. Devido ao número significativo de casos, destacou-se a “administração educacional e universitária”, como categoria separada em relação à modalidade “administração de setores específicos”.

Quadro 4 Temas estudados no exterior

Tema	Frequência	Percentual
Administração de empresas	35	13,56 %
Administração pública	29	11,2 %
Mercadologia	22	8,52 %
Teoria e Comportamento organizacional e Organizações	21	8,13 %
Sistemas de informação	16	6,2 %
Administração de recursos humanos	15	5,8 %
Administração da produção	15	5,8 %
Administração de setores específicos	15	5,8 %
Administração financeira	13	5,0 %
Finanças / Ciências contábeis	10	3,8 %
Gestão da inovação	9	3,48%
Marketing	9	3,48%
Negócios internacionais	5	1,93%
Economia	5	1,93%
Administração estratégica	4	1,55 %
Administração universitária e educacional	4	1,55 %
Empreendedorismo	4	1,55 %
Psicologia do trabalho e relações do trabalho	4	1,55 %
Logística	3	1,16 %
Modelagem matemática	3	1,16 %
Gestão da qualidade	2	0,77 %
Gestão de organizações cooperativas	2	0,77 %
História empresarial	2	0,77 %
MBA	2	0,77 %
Comunicação empresarial	1	0,38%
Direito empresarial	1	0,38%
Engenharia do produto	1	0,38%
Estratégia	1	0,38%
Filosofia econômica e social	1	0,38%
Gestão ambiental	1	0,38%
Responsabilidade social corporativa	1	0,38%
Sociologia do trabalho	1	0,38%
Administração de crises	1	0,38%
Gestão do risco e tomada de decisão	1	0,38%

Fonte: Plataforma lattes consultada em dezembro 2006.

Na comparação cronológica dos temas estudados, nota-se uma diversificação dos temas de estudo para os que concluíram estudos no exterior entre 1996 e 2006. Da mesma forma, neste intervalo, nota-se uma diminuição dos temas relacionados à administração pública e o cresci-

mento de outros vinculados a finanças e “gestão da inovação”. Acredita-se que essa diversificação possa ser atribuída à heteronomização disciplinar correspondente à ampliação do campo das práticas profissionais. Nota-se que, no primeiro intervalo cronológico, há grande presença da economia, cujo ensino universitário de pós-graduação se institucionaliza anteriormente ao ensino de Administração. Em contraste à diversificação que ocorre entre 1996 e 2006, pode-se apontar o grande número de cursos no exterior relacionados à macro-economia entre 1950 e 1970.

Quanto às modalidades de estudo no exterior, um aspecto que merece ser destacado é a pouca frequência de cursos de MBA nos casos analisados.

Quadro 5 Modalidades de curso no exterior

Modalidade de curso	Frequência	Percentual
Doutorado	156	62,0 %
Pós-doutorado	45	18,2 %
Mestrado	17	6,9 %
Especialização	13	5,4 %
Sandwich	11	4,26 %
aperfeiçoamento	4	1,5 %
MBA	4	1,5 %

Fonte: Plataforma lattes consultada entre julho e outubro 2006

O predomínio de estadas mais longas no exterior, tais como os cursos de Doutorado, reforça a hipótese de que se está diante de uma população com estratégias profissionais predominantemente voltadas para a carreira acadêmica. Entretanto, mesmo com iniciativas voltadas majoritariamente para o ensino universitário, a multiposicionalidade dos profissionais é indicativa do efeito de correspondência entre o conhecimento produzido nesse espaço e o universo dos “práticos”.

OS PAÍSES MAIS PROCURADOS E A IMPORTAÇÃO DE MODELOS DE GESTÃO

A análise dos países escolhidos para estudos no exterior é uma dimensão importante para a apreensão das modalidades de importação de modelos institucionais e de gestão pública e privada. Tal dimensão se destaca no confronto com os países predominantes para o caso dos professores de direito que estudam no exterior. Para o caso do direito, predominam França, Itália, Estados Unidos e Alemanha (Engelmann, 2007). Já para o caso dos professores de Administração, Estados Unidos, Inglaterra, França e, em menor amplitude, Espanha, se destacam. Visualiza-se na comparação entre os dois casos, dois pólos distintos de produção de modelos institucionais. Para o caso dos juristas, uma “elite de Estado”, predomina o pólo da formação de tradição européia, cujo princípio de regulação social é predominantemente voltado para a esfera estatal. No caso dos administradores, o destaque é o modelo anglo-americano, cujo princípio de regulação social é, em princípio, calcado no mercado.

A presença dos Estados Unidos como pólo de estudos dos juristas deveu-se, em grande medida, aos atrativos e programas de bolsas daquele país, sendo o impacto do modelo institucional americano, no que tange ao direito no caso brasileiro, bastante diminuto (Dezalay & Garth, 2001). Já o caso da presença de um país de tradição “estadista”, entre os administradores, como a França, pode ser explicado pelo desenvolvimento das “escolas de negócio”, como já assinalado. Na análise dos países escolhidos, nota-se que as estadas mais curtas ocorrem nos Estados Unidos e Inglaterra (principalmente cursos de Especialização e Aperfeiçoamento), em detrimento de doutorados plenos que tem lugar na França.

Para cruzamento da realização de estudos no exterior com a região do país utilizou-se como indicador apenas o país de realização de cursos de Doutorado e Doutorado *sandwich*. A única região que apresentou diferença em relação à predominância dos Estados Unidos e Inglaterra foi a região Sul. Tal tendência já havia sido constatada para o caso dos professores de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul por Coradini (2004), aparecendo a França como pólo principal de formação. Também no caso do Rio Grande do Sul é onde há maior frequência de estudos na Alemanha.

Quadro 6 - País de realização dos estudos

PAÍS	FREQUENCIA	PERCENTUAL
Estados Unidos	91	35,2 %
Inglaterra	57	22,09 %
França	49	18,9 %
Espanha	22	8,52 %
Canadá	12	4,65 %
Alemanha	6	2,32 %
Itália	4	1,55 %
Portugal	3	1,16 %
Escócia	3	1,16 %
Holanda	2	0,77 %
Austrália	2	0,77 %
Suíça	1	0,38 %
Bélgica	1	0,38 %
Argentina	1	0,38 %
Polônia	1	0,38 %
Nova Zelândia	1	0,38 %
Peru	1	0,38 %

Fonte: Plataforma lattes consultada entre julho e outubro 2006

Quadro 7 País mais frequente de realização de estudos de x região do Brasil

REGIÃO	PAÍSES	País predominante
Norte/Nordeste	França(7), Inglaterra(8), Escócia(1), Espanha(1), Canadá (2), EUA(2)	INGLATERRA, FRANÇA,
Centro-Oeste	Inglaterra(2), EUA (3)	EUA. INGLATERRA
Sul	EUA (18), França (14), Inglaterra (30), Polônia (1), Canadá (3), Bélgica (1), Espanha (6), Escócia(1), Argentina(1), Alemanha(1)	INGLATERRA, EUA, FRANÇA
	EUA(17, Espanha (6), França (17, Alemanha (5), Canadá (2), Portugal, Inglaterra(8), Austrália, Escócia(1), Itália(1)	EUA/FRANÇA, INGLATERRA,

Quanto às universidades no estrangeiro se observa grande diversificação, com presença de vários centros, principalmente americanos, fenômeno verificado em todos os intervalos analisados. A Universidade de Pierre Mendes de Grenoble, interior da França, aparece como um pólo importante, principalmente entre professores de Administração do Rio Grande do Sul. Duas instituições inglesas se destacam nos dois últimos intervalos, A *Lancaster University*, cidade do interior da Inglaterra, e a tradicional *London School of Economics and Political Science*. A diversificação de centros dificulta a identificação de efeitos de homologia com instituições brasileiras, apesar de se perceber a predominância de determinados países enquanto pólos mais atrativos na formação acadêmica dos administradores.

A inserção profissional dos docentes nos três intervalos analisados apresenta grande multiposicionalidade. Há a combinação da atuação na esfera acadêmica predominantemente com atividades de consultoria e, em segundo lugar, também com a direção de empresas públicas e privadas. Embora, isoladamente predomine a carreira acadêmica com dedicação exclusiva, a inserção profissional é um dado relevante para a apreensão da diferenciação de um espaço de formação de pós-graduação e o respectivo padrão de relação com o espaço das práticas. A profissionalização na atividade acadêmica, por parte dos agentes posicionados neste espaço, implica também a legitimação de outros instrumentos de difusão do conhecimento produzido, tal como, a institucionalização de revistas acadêmicas a relação com institutos, fundações e políticas de regulação estatal do ensino universitário.

No que concerne à distribuição de doutores em Administração com estudos no exterior nas regiões do país, pode-se observar, no primeiro intervalo, o predomínio da região Sudeste e posterior crescimento da presença da região Sul. Observa-se fraca presença do Centro Oeste e inexistência de doutores com formação no exterior atuando em instituições do Norte do país.

Quadro 8 Síntese dos dados dos professores que realizaram curso de Doutorado e Doutorado sandwich no exterior, agrupados por cronologia

Intervalo	1950-1980	1981-1995	1996-2006
N. de casos	24	75	64
Países predominantes	-54,1 % EUA-16,6% Inglaterra-12,5 % França-16,8 % Outros*	-26,6 % França-25,3 % Inglaterra-24 % EUA-5,3 % Espanha18,8 % Outros	-31,25 Inglaterra-17,1 % França-15,62 % Espanha-10,9 % EUA-6,25 % Alemanha-18,9 % Outros
Universidades predominantes	-12,5 % Stanford Un. (EUA) -3,12 % Texas Un. (EUA) -84,38 % Outras*	-10,66 % Un. Pierre Me -6,6% University of Southern California (EUA)-5,3 % Lancaster (INGL) - 4% University of Manchester (ING)-2,6 % London School Of Economics And Political Science (ING) - 2,6 % Un. de Paris IX (Paris-Dauphine (FR.) - 2 casos, -2,6 % University of Warwick (ING) 2-2,6 % University of London (ING) - 63,1% Outras*	-4,68 % Lancaster University -4,68 % Ecole des Hautes Etudes Commerciales (FR) -3,1% Un. Politécnica de Catalunya (ESP)-3,1 % Marquette University (EUA)-3,1% Escuela Superior de Administración y Dirección de Empresas (ESP) -3,1 % Ecole des Hautes Etudes Commerciales (Canadá) -3,1 % Un. of Cambridge (EUA) -3,1 % Aston Un. (ING)-3,1 % London School Of Economics And Political Science (ING) -3,1 % Un. Of Sussex(ING)-3,1 % McGill University(Canada) -3,1 %The University of Reading (Ingl) -3,1 % University of Edinburgh (Escócia) -3,1 %Universidade de Córdoba (ESP) -43,44 % Outras*
Atuação profissional predominante	-5 0 % Exclusivamente magistério-8,33 % Ocupação de cargos/ consultoria em empresas privadas e públicas -25,1% Ocupação de cargos no governo/consultor do governo-16,6% Consultor de fundações/entidades representativas -67,3% Sudeste-21,6%, Sul -11,1 %Nordeste	-54,2 % Exclusivamente magistério-25,8 % Ocupação de cargos/consultoria em empresas privadas-17% Ocupação cargos/consultoria no governo-8,6% Consultor de entidades representativas -42% Sudeste-38 % Sul-13,33 % Nordeste-6,87 % Centro Oeste	-59,05 % Exclusivamente magistério-29,9% Ocupação de cargos/consultoria em empresas privadas -5,6% Consultor do governo-5,6% Consultor privado e do governo -7,45% Consultor do governo e entidades representativas
Região			-52,31 % Sudeste-37,8 % Sul-9,81 % Nordeste

1058

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados expostos e a avaliação qualitativa dos currículos sugerem questões que merecem maior investigação. Destaca-se o desenho de um espaço específico de formação acadêmica dos administradores, ou seja, a expansão da rede de pós-graduação em grande medida através das universidades privadas traz duas grandes dimensões que merecem aprofundamento. Em primeiro lugar, o espaço de reconversão de titulados de graduação em Administração e outras especialidades afins que se direcionam para a carreira acadêmica investindo em titulação de Mestrado e Doutorado e em alguns casos com formação no exterior. É importante entender quais as origens e perfis sociais desses agentes e qual sua relação com o universo dos práticos e das práticas do campo da gestão e sua diferença em relação aos perfis dos indivíduos que investem, predominantemente, em cursos mais curtos, MBAs e outros diretamente reconversíveis no espaço da gestão de empresas públicas ou privadas ou em outros segmentos de atuação que se expandem a partir da década de 80.

Uma segunda dimensão estreitamente relacionada à primeira concerne ao mercado para os produtos intelectuais produzidos nesse espaço da formação acadêmica. Ou seja, esses produtos representam uma inserção maior do campo dos administradores num espaço de circulação internacional de bens simbólicos. Um campo onde circulam tecnologias e modelos institucionais através do ensino universitário, correspondendo a um efeito de formalização de saberes e práticas em forma de produtos “teóricos” que através do ensino universitário respondem e constituem demandas no campo profissional da formação de gestores ou administradores. Nesse sentido, para aprofundamento da pesquisa é importante considerar além dos trajetos e inserção profissional e intelectual dos professores de administração, o espaço mais amplo de difusão e recepção dos produtos oriundos do ambiente das pós-graduações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCADIPANI, R. & BRESLER, R. A MacDonalldização do ensino. *Carta Capital*, n. 122. p. 20-24. 120 de maio de 2000.

BERTERO, C. O.; CALDAS, M. P.; WOOD Jr., T. *A produção científica em Administração no Brasil: estado da arte*. São Paulo: Atlas, 2005.

BERTERO, Carlos Osmar. *Ensino e pesquisa em Administração*. São Paulo: Thomson, 2006.

BOLTANSKI, Luc. & CHIAPELLO, Ève. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.

BOUCHER, Stephen & ROYO, Martine. *Les think tanks: cerveaux de la guerre des idées*. Paris: Éd. du Félin, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *La noblesse d'Etat: grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Éditions Minuit, 1989.

BOUSSARD, V. *Sociologie de la gestion: les faiseurs de performance*. Paris: Ed Belin, 2008.

BRESSER-PEREIRA, Capitalismo dos técnicos e democracia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20 n.59 São Paulo out. 2005

CASTRO, Cláudio de Moura. O ensino da administração e seus dilemas: notas para um debate. *Revista de administração de empresas*. Rio de Janeiro, 21(3), jul/set. 1981.

CHESSEL, Marie-Emmanuelle & PAVIS, Fabienne. *Le technocrate, le patron et le professeur: une histoire de l'enseignement supérieur de gestion*. Paris: Ed. Belin, 2001.

CORADINI, Odaci Luiz. A formação e a inserção profissional dos professores de ciências humanas e sociais no Rio Grande do Sul. In. ALMEIDA, A. M. F.(org.) *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004.

DEZALAY, Yves & GARTH, Bryant. *The Internationalization of palace wars: lawyers, economists, and the contest to transform latin American states*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2001.

DEZALAY, Yves. Les courtiers de l'international: héritiers, cosmopolites, mercenaires, de l'imperialisme et missionaries de l'universel. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 151-152-97, mars, 2004.

ENGELMANN, Fabiano. La rédefinition de l' enseignement juridique et de l' espace juridique brésilien. In. *Cahiers du Brésil Contemporain*. Paris: École des Hautés Études en Sciences Sociales, v. 57/58-59/60, 2004-2005.

ENGELMANN, Fabiano. *Sociologia do campo jurídico: juristas e usos do direito*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2006.

ENGELMANN, Fabiano. Estudos no exterior e mediação de modelos institucionais: elementos para a análise preliminar do caso dos juristas. *Revista de Sociologia e Política*. v. 16 n. S Curitiba: UFPR, 2008.

GHEORGIU, Mihail D. & SAINT MARTIN, Monique de. (org.) *Les écoles de gestion et la formation des elites*. Actes du colloque du Réseau de recherches sur le développement des Business Schools en Europe. janvier, 1997.

GRUN, Roberto. Modelos de empresa, modelos de mundo: sobre algumas características da nova ordem econômica e da resistência a ela. In. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 14, n. 41. oct. 1999.

GRUN, Roberto. O MBA como um brevê de internacionalização e de modernidade profissional para engenheiros. In. ALMEIDA, Ana. M. F. (org.) *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004.

LEBARON, Frédéric. La culture économique comme enjeu dans le champ des grandes écoles. In. SAINT MARTIN, Monique de. GHEORHIU, Mihai Dinu (org.). *Les écoles de gestion et la formation des elites*. (Actes du colloque du Réseau de recherches sur le développement des Business Schools em Europe) MSH/EHESS: Paris, janvier 1997.

LEBARON, Frédéric *La croyance économique: les économistes entre science et politique*. Ed. Du Seuil: Paris, 2000.

LOUREIRO, Maria Rita. Circulation internationale des économistes brésiliens. In. *Cahiers du Brésil Contemporain*. Paris: École des Hautés Études en Sciences Sociales, v. 57/58-59/60, 2004-2005.

LOUREIRO, Maria Rita. *Os economistas no governo: gestão econômica e democracia*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MARTINS, Carlos B. A emergência e expansão dos cursos de administração no Brasil (1952-1983). *Educação e sociedade*, n. 34, Cortez. São Paulo, 1989.

PAVIS, Fabienne. *Sociologie d'une discipline hétéronome. Le monde des formations en gestion entre universités et entreprises en France. Années 1960-1990*. Thèse de Doctorat: Université de Paris I-Sorbonne, 2003.

PFEFFER, J.; FONG, C. T. The end of business schools? Less success than meets the eye. *Academy of Management and Education*, v. 1, n. 1, p. 78-95, 2002.

RÉGNIER, Karla von D. *O que conta como mérito na pré-seleção de gerentes e executivos no Brasil – as transformações nas demandas por educação, experiência, conhecimentos e competências*. Paper apresentado no 30º Encontro Anual da ANPOCS-GT Educação e Sociedade, 2006 (mimeo).

TRINDADE, Hélió, e LUCE, Maria B. (orgs.). *Mudança e desenvolvimento da universidade pública na América latina*. Caracas: CRESALC/UNESCO, 1996.

VASCONCELLOS, Maria Drosila. L'internationalisation des écoles de gestion au Brésil. *Actes de la recherche en sciences sociales* 121-122. mars, 1998.

WAGNER, Anne-Catherine. *Les nouvelles élites de la mondialisation*. Paris: PUF, 1998.